

Impasse na negociação da dívida

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

Leighton Coleman, vice-presidente do comitê assessor dos bancos credores do Brasil ("advisory committee"), disse ontem francamente a banqueiros brasileiros que está "muito preocupado" com o atraso da renegociação com o BC. Uma fonte com acesso direto ao comitê disse a este jornal que todos os outros bancos se mostram crescentemente ansiosos. "Faltam apenas doze dias úteis para o fim do ano — explicou a fonte — e ninguém está vendo solução para os dois impasses."

O pessimismo voltou. Ele pode ser sentido em qualquer contato com banqueiros de qualquer nacionalidade. E os dois impasses mencionados pela fonte ouvida por este jornal são os assuntos principais da comunidade financeira. De um lado, o empréstimo de "dinheiro novo" (US\$ 6,5 bilhões) encravou nos últimos US\$ 300 milhões e há vários dias não sai do lugar. Mesmo que a missão Delfim Netto tenha pleno sucesso junto aos bancos europeus e árabes, ainda há mais de cem bancos regionais americanos que não aderiram e, entre eles,

O outro problema refere-se aos créditos oficiais para garantia e seguro de exportações para o Brasil. Essa parte do "pacote" — US\$ 2,5 bilhões — parecia tranquila.

(Continua na página 15)

há um grupo de 18 — "os 18 fortes", como definiu um banqueiro brasileiro —, que representam juntos cerca de US\$ 50 milhões. Até aqui eles vêm resistindo a todas as pressões feitas pelo comitê assessor, pelo Departamento do Tesouro e por outras autoridades americanas.

Além disso, muitos dos bancos que já enviaram seus telex de compromisso fizeram dois tipos de ressalva. Uns condicionaram sua adesão à adesão de todos. E outros explicitaram que a adesão só vale se o total de US\$ 6,5 bilhões for atingido. A fonte, com acesso direto ao comitê, explicou que os convites feitos a 840 bancos representariam um objetivo total de US\$ 8,7 bilhões. Assim, o comitê assessor tem uma margem de US\$ 200 milhões, o que permitiria deixar de fora uns 150 a 200 bancos e, mesmo assim, atingir os US\$ 6,5 bilhões desejados.

O outro problema refere-se aos créditos oficiais para garantia e seguro de exportações para o Brasil. Essa parte do "pacote" — US\$ 2,5 bilhões — parecia tranquila.

(Continua na página 15)

Impasse na negociação da dívida

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

O Eximbank, dos Estados Unidos, comprometeu-se a entrar com US\$ 1,5 bilhão e o restante bilhão deveria ser coberto pelos outros países industrializados. Mas há algumas semanas alguns desses países começaram a rever seus programas de crédito às exportações. Fontes americanas até a semana passada afirmavam que o atraso no fechamento desta parte do "pacote" brasileiro se devia apenas a "questões burocráticas" e que em poucos dias tudo seria resolvido. Mas a resistência da Inglaterra continuou, com as especulações se multiplicando sobre os motivos da sra. Thatcher para pôr em risco toda a renegociação com o Brasil por causa da infima fração do que está em jogo.

Um técnico do Fundo Monetário Internacional disse que está "atônito" com a situação. "As dificuldades surgiram quando tudo parecia caminhar para um fi-

nal feliz", explicou. "Eu não entendo por que os bancos se recusam a dar dinheiro que será usado para pagar os juros devidos a eles mesmos. Nem entendo por que a Inglaterra se recusa a dar créditos para garantir os seus próprios exportadores. Acho que há um emaranhado de razões políticas que, de repente, podem complicar tudo".

Um banqueiro brasileiro explica o que pode ser complicado. Ele diz que alguns bancos já têm juros atrasados há mais de noventa dias e, se não receberem até o fim do ano, terão de considerar esses débitos como "incobráveis". Quase ninguém mais acredita, em Nova York, que seja possível assinar o contrato dos US\$ 6,5 bilhões e liberar o primeiro pagamento (US\$ 3 bilhões) antes do fim do ano e, portanto, a tempo de permitir que o Brasil liquide todos os atrasados e entre em 1984 de al-mana nova.

Na previsão dos mais otimistas, Delfim convence os árabes, italianos e spa-

nhóis, enquanto Bill Rhodes, o secretário do Tesouro, o presidente do Federal Reserve Board e outros pesos pesados fazem um esforço final, apertam aqui e ali, e o pacote dos US\$ 6,5 bilhões se completa até o dia 20. O contrato, que já está redigido e deve ser aprovado amanhã pelo comitê assessor, é submetido a todos os bancos participantes e poderá ser assinado dia 23 ou na última semana do ano. Ao mesmo tempo, a sra. Thatcher obtém as vantagens que esta procurando ou é convencida pelos Estados Unidos a entrar com sua parte nos créditos às exportações.

Neste caso, não haveria tempo para liberar os US\$ 3 bilhões antes do dia 30, mas os catorze bancos do comitê assessor fariam um empréstimo-ponte ("bridge loan") suficiente para que o Brasil pagasse todos os juros atrasados há mais de noventa dias, de maneira que nenhum banco credor tenha de considerá-los incobráveis. E tudo se acalmaria por volta do dia 10 ou

15 de janeiro, quando finalmente o Brasil recebesse a primeira parcela do "dinheiro novo".

Na previsão dos pessimistas, entretanto, o impasse mantém-se. E aí tudo dependerá de que os grandes bancos se disponham a bancar tudo o que faltar para completar os US\$ 6,5 bilhões, enquanto os Estados Unidos buscam uma forma de compensar o recuo da Inglaterra no caso dos créditos às exportações. Aqui a solução também não é fácil. O presidente do Eximbank disse ao Congresso americano que a abertura do crédito de US\$ 1,5 bilhão para o Brasil tinha três condições: a aprovação do programa pelo FMI, o empréstimo de US\$ 6,5 bilhões pelos bancos comerciais e a adesão das outras instituições de apoio às exportações. Em hipótese nenhuma poderia o Eximbank cobrir agora a parte dos ingleses. Mas ele poderia obter talvez a adesão de outros países que cobrissem o quinhão recusado pela sra. Thatcher.